

# Contabilidade no desenvolvimento

JORNAL DO BRASIL

Hugo Rocha Braga (\*)

O Brasil está, neste momento, atravessando uma crise econômica sem precedentes em toda a sua história.

O elevado déficit público, que, com seus contornos e desdobramentos, ameaça-nos cada dia com o fantasma da hiperinflação, preocupa a todos os brasileiros.

Cabe, agora, a clássica indagação bíblica: "de onde viemos, para onde vamos?" Viemos, ou estamos vindo, de um descontrole permanente da nossa economia. Uma economia construída em bases falsas, com premissas erradas e, sobretudo, edificada dentro de objetivos irrealistas onde a elaboração do orçamento é um mero exercício burocrático, assim mesmo, contemplando procedimentos ultrapassados e destituídos de conteúdo técnico, quando deveria traduzir um programa de governo, definindo objetivos realistas, sujeito a um acompanhamento rígido, onde todos os desvios seriam analisados. Assim, se o acompanhamento fosse feito durante a execução orçamentária, o julgamento pelo Tribunal de Contas (composto de ministros independentes, descompromissados com o poder Executivo e, principalmente, competentes em matéria contábil-financeira) seria facilitado sobremaneira.

A elaboração do orçamento partindo de objetivos claros de governo tem que ser

uma tarefa global, onde todos os órgãos da administração pública estejam comprometidos com as diretrizes gerais, e não um trabalho de um ou de alguns burocratas definindo autocraticamente o montante dos recursos sem se vincularem aos fins a que se destinam, não se importando com a natureza da aplicação, mas apenas com o valor da dotação aleatoriamente atribuído.

No processo de acompanhamento da execução orçamentária, um sistema contábil integrado é fundamental para avaliar os desvios entre o *real* e o *previsto*. Toma-se, portanto, o sistema contábil como instrumento de medição do desempenho, tornando-o uma valiosa ferramenta a serviço da administração. A eficiência da gestão administrativa repousa em eficazes controles, que somente um adequado sistema contábil é capaz de propiciar.

Não é possível continuarmos a planejar e a executar medidas econômicas desrespeitando-se os mais elementares princípios contábeis, principalmente agora, quando o presidente Fernando Collor de Mello promete promover uma profunda reforma patrimonial e um intenso processo de privatização. A falta destes controles compromete a eficácia das medidas anunciadas, correndo ainda o futuro governo o risco de não encontrar interessados no processo de privatização ou, o que é pior, que se dê às empresas privatizáveis

um valor inferior ao real, o que redundaria em prejuízo para a sociedade.

A base histórica do orçamento é o sistema contábil. A contabilidade é, e será sempre, a memória de qualquer entidade econômica, seja ela pública ou privada. Olhando-se para o passado é que se projeta o futuro. Os dados contábeis constituem fonte de referência na fase de elaboração orçamentária.

É neste contexto que vemos a contabilidade como ciência a serviço da sociedade e como técnica à disposição do administrador público e o contabilista, como artífice da reconstrução da verdade quantitativa da riqueza do País.

Se o sistema contábil é adequado, os controles sobre as dívidas interna e externa, as receitas e as despesas públicas e, principalmente, o controle das responsabilidades de cada órgão na formação do déficit/superávit público, tornam-se mais eficazes, permitindo a correta gestão do patrimônio da nação e um seguro caminho ao seu desenvolvimento, harmônico, sem traumas de *choques térmicos* — quer ortodoxos, quer heterodoxos — que só servem para encobrir a incompetência a mascarar a verdade dos fatos da realidade brasileira.

\* Hugo Rocha Braga é presidente do Conselho Regional de Contabilidade do Estado do Rio de Janeiro e superintendente de Normas Contábeis da CVM